

Quarto de despejo: onde há poder, há resistência

Quarto de despejo: donde hay poder, hay resistencia

Ana Laura Perenha Santos 

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Paranavaí – Paraná – Brasil

Roselene de Fátima Coito 

Universidade Estadual de Maringá – UEM – Maringá – Paraná – Brasil

Resumo: No livro “A ordem do discurso”, o filósofo francês Michel Foucault discute como o discurso se dissemina em diferentes sociedades. Ao abordar os procedimentos discursivos, o filósofo argui que o discurso é controlado. Estes procedimentos de controle se dão por mecanismos externos e internos do dizer, sendo os externos a interdição, a separação e a vontade de verdade e os internos se referem ao tabu do objeto e ao direito privilegiado de quem fala. Neste movimento dos mecanismos de controle abordaremos o texto de Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, com o objetivo de discutir os conceitos já mencionados. O mecanismo externo, no caso aqui a crítica literária que dita quem tem o direito de dizer no dizer literário e no mecanismo interno, quando a língua é um fator de determinância de interdição externa ao “direito” da autoria.

Palavras-chave: Quarto de despejo; interdição; mulher negra.

Resumen: En el libro "El orden del discurso", el filósofo francés Michel Foucault discute cómo el discurso se disemina en diferentes sociedades. Al abordar los procedimientos discursivos, el filósofo arguyó que el discurso es controlado. Estos procedimientos de control se dan por mecanismos externos e internos del decir, siendo los externos la interdicción, la separación y la voluntad de verdad y los internos se refieren al tabú del objeto y al derecho privilegiado de quien habla. En este movimiento de los mecanismos de control, abordaremos el texto de Carolina María de Jesús, Quarto de despejo, con el objetivo de discutir los conceptos ya mencionados. El mecanismo externo como la crítica literaria que dicta quien tiene el derecho de decir en el ámbito literario y en el mecanismo interno, cuando la lengua es un factor de determinación de interdicción externa al "derecho" de la autoría.

Keywords: Quarto de despejo; interdicción; mujer negra.

1 Introdução

Nesta introdução faremos uma breve contextualização sobre a autora Carolina Maria de Jesus e traçaremos um panorama do momento histórico no qual sua produção aqui adotada para análise foi produzida. Tal movimento será feito a fim de entendermos em quais condições de produção a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi publicada e como se constituiu o movimento de exclusão da população pobre e negra para as margens da cidade, no caso aqui, da cidade de São Paulo.

Carolina Maria de Jesus, membra em uma família de trabalhadores rurais, nasceu no ano de 1914, na cidade de Sacramento, um pequeno município em Minas Gerais que naquela época se desenvolvia sob a influência de Uberaba, grande polo econômico. Quanto à escolaridade da escritora vale ressaltar que ela apenas teve um curto contato com os bancos escolares, restrito ao tempo de dois anos no Colégio Allan Kardec. Já com relação ao trabalho, Carolina teve seus primeiros contatos ainda quando criança e, posteriormente, trabalhou nos cafezais paulistas, como empregada doméstica e catadora de papel. Mesmo com todas as agruras, segundo Silva

(2007), a leitura sempre permaneceu como aliada de Carolina e ela sempre levava consigo os livros em momentos nos quais precisava migrar a outras cidades. Então, em 1937, Carolina migra para São Paulo, capital, e começa a trabalhar como empregada doméstica e neste ínterim publica um poema no jornal *A folha da manhã*, porém sua aventura ao mundo da literatura é interrompida no ano de 1948, quando fica grávida e é demitida de seu emprego.

A cidade de São Paulo, na época em questão, era reflexo dos moldes de uma primeira disposição: a concentração das atividades econômicas e as moradias eram localizadas em regiões centrais. Assim, de acordo com Silva (2007) “os trabalhadores industriais e do setor doméstico encontravam-se próximos aos locais de trabalho, nas imediações das fábricas e das mansões das elites”. É nesse mesmo período que surgem os cortiços como moradia para camada popular em bairros como Brás, Bexiga e Barra Funda, habitados em um primeiro momento por imigrantes e posteriormente pela população negra. Existia uma forte demanda por moradia, em razão da dificuldade na locação dos imóveis, por conta de fatores como a Lei do Inquilinato. Tal lei foi um produto da Segunda Guerra mundial e de acordo com Kingston (1960) congelou o valor dos alugueis a partir de 1942 desestimulando a construção de imóveis. Assim, muitas pessoas necessitavam de moradia, porém haviam poucas casas no centro da cidade a preços nada acessíveis.

Para abrigar essa população excluída do centro da cidade, o estado improvisou uma série de barracões precários buscando abrandar os ânimos e a situação. É nesse contexto de dificuldade e de marginalização do povo pobre de São Paulo que compeliu Carolina, que estava desempregada, a mudar-se para a favela do Canindé. Carolina vivia na Rua A, barraco nº 9 e trabalhava como catadora de papel. É na ambientação dessa comunidade que Carolina nos expõe muitos de seus relatos sobre sua vida cotidiana sendo um dos mais famosos o compilado feito pelo jornalista Audálio Dantas e intitulado *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, publicado em agosto de 1960.

O livro em questão é a obra de mais destaque de Carolina Maria de Jesus, retratando cinco anos da vida da autora na favela paulista do Canindé de um período salteado de 15 de julho de 1955 até 1 de janeiro de 1960. O desamparo sentido pela camada pobre da população paulista nessa marcha gradativa de transição centro-periferia foi retratado por Carolina, que narrava em seu diário a perspectiva dos pobres, negros e favelados relatando diversas situações contumazes como fome, miséria e racismo.

Conforme Farias (2017), no livro *Carolina: uma biografia*, Carolina era muito destacada na favela do Canindé quando se tratava de escrita e de leitura. Ela passava boa parte de seu tempo lendo ou escrevendo e os vizinhos muitas vezes se admiravam do tanto que ela escrevia.

A autora possui alguns outros livros publicados em vida, como *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1963) e outros de publicação póstuma: *Diário de Bitita* (1986), *Meu estranho diário* (1996) e *Antologia Pessoal* (1996). Após essa breve introdução acerca do panorama histórico social de Carolina Maria de Jesus, buscaremos a seguir apontar os mecanismos de interdição desenvolvidos na obra de Michel Foucault. Assim, iniciaremos nossa compreensão dos mecanismos de controle do dizer, que não se dá sem relações de forças, principalmente relacionado ao despontar da fala desta escritora enquanto mulher negra que se subjetiva no seu dizer e que se dá enquanto uma instância discursiva.

2 Dos mecanismos de interdição: quem tem o direito de dizer?

Na contemporaneidade, segundo Foucault, o poder se exerce de forma mais sutil, ou seja, é exercido por meio de técnicas e procedimentos circulantes na sociedade, produzindo de tal forma efeitos sucessivos e constantes em todas as esferas sociais. Foucault não desconsidera o exercício do poder que se dá em camadas hierárquicas, contudo, ao discuti-lo enquanto exercício, evidencia que o

poder é tecido em redes, em movimentos capilares e micros para uma maior eficácia política.

Para o estudioso francês, as formas de dominação caracterizam-se por ser estruturadas de maneira não centralizadas, ou seja, o poder não emana de um único ponto tendo em vista que ele se dá enquanto exercício das relações humanas e dos sujeitos nelas envolvidos. Para a caracterização do modo pelo qual o poder se constituirá, Foucault propõe alguns parâmetros, introduzidos no livro *História da Sexualidade I: A vontade de Saber* e elencados a seguir.

Em um primeiro movimento, o poder é analisado em suas extremidades, em seus últimos delineamentos, ou seja, na periferia onde ele se torna mais capilar. Foucault não parte do poder como algo central com leis regulamentadas, mas sim como sendo algo além das regras do direito, consolidando-se em técnicas e instrumentos de intervenção local e material que podem ser até mesmo violentos.

No movimento seguinte, o poder é estudado levando em consideração que suas intenções estão reunidas no interior de práticas reais e efetivas e é observado onde tais práticas geram efeitos na exterioridade. Dessa forma deve-se ter em conta como, no momento da sujeição, se passa o ocorrido.

Já em um terceiro movimento, o pensador francês aponta que o poder não deve ser tomado como um efeito de dominação maciça, haja vista que o mesmo não é algo detido com exclusividade por um grupo, mas algo que circula e flui. Segundo Foucault:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.

Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 1993, p.193)

Também no desenrolar da teoria de Michel Foucault, em um quarto movimento, o poder é apontado como algo que se exerce como rede até um certo ponto, pois que todo indivíduo possui um poder que transita por ele, porém é falso dizer que o poder é algo bem distribuído. Deve-se ter em mente uma análise ascendente do poder que parte dos mecanismos menores, possuidores de sua própria história, trajetória, técnicas e notar como esses mecanismos de poder possuem sua solidez e tecnologia própria, analisando como esses mecanismos foram investidos, colonizados, transformados.

Finalmente, em um último movimento acerca da constituição do poder, Michel Foucault aponta para a não existência da ideologia nas redes de poder e em seus pontos mais capilares. Ele considera que as máquinas de poder se acompanham de produções ideológicas, mas rejeita a ideia de que as ideologias sustentam as relações de poder. Para o filósofo francês a análise do poder deve se guiar por meio do campo de dominação do poder, das conexões e utilizações de sistemas de sujeição e das relações humanas.

Vale ainda ressaltar que o método de análise do poder, segundo Michel Foucault, deve ser voltado para o aspecto da dominação: o poder institucionalizado, os aparelhos do Estado. O processo de dominação é inserido no modo como o indivíduo se sujeita. O poder produz o saber e o saber regula as formas de dominação. Dessa forma, na obra de Foucault existe uma possibilidade de luta e resistência dos sujeitos. Tal luta deve ser percebida como forma de poder não institucionalizado e como um processo de subjetivação de si. É no processo em questão que o sujeito significa e ressignifica as relações de poder.

Partindo do pressuposto que o poder para Michel Foucault não é constituído pela luta de classes, mas sem descartar os aparelhos ideológicos do Estado, focalizaremos a questão macro do poder

relacionado à família e a polícia na obra de Carolina Maria de Jesus. Com relação à família no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, temos um retrato de uma família matrifocal que consiste, segundo Naiff (2014), em uma estrutura formada basicamente pela mulher junto de seus filhos e parentes, tendo o homem somente como uma figura provisória e temporária. Dito isto, vemos no trecho abaixo:

Cheguei na rua Frei Antônio Santana de Galvão 17, trabalhar pra dona Julita. Ela disse pra eu não iludir com os homens que eu posso arranjar outros filhos e que os homens não contribuem pra criar filho. Sorri e pensei: em relação aos homens eu tenho experiências amargas. Já estou na maturidade, quadra que o senso já criou raízes. (JESUS,1993, p.36)

Ao nos depararmos com comunidades pobres e carentes percebemos que em tais lugares existem uma divisão entre família pensada e vivida. A família pensada seria aquela vestida com o manto da instituição, ou seja, nos moldes da família burguesa, que de acordo com Naiff (2014) era constituída com papéis sociais bem delimitados: o homem buscando o sustento na rua e a mulher restrita à casa. Já a família vivida nas comunidades foge a tal idealização. A mulher sempre teve de buscar seu sustento e o dos filhos já que a permanência dos homens muitas vezes era somente passageira, como no trecho a seguir: “Eu pensava nas roupas por lavar. Na Vera. E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele” (JESUS,1993, p.45)

Dito isso, há no discurso produzido um movimento de resistência, pois mesmo não tendo o respaldo de uma família idealizada e sendo vítima da má distribuição de renda no Brasil, no discurso a mulher atua como provedora, mesmo que de forma dificultosa, de seus filhos tanto em meios materiais - como comida e roupas quanto em meios intelectuais, como possibilitar o acesso à formação tanto escolar quanto no ambiente doméstico.

Quando eu faço quatro pratos penso que sou alguém. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo à toa. Como

se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante. (JESUS,1993, p.55)

Pela passagem destacada, no discurso da protagonista a questão monetária se coloca em evidência, como as mulheres de família das camadas médias restritas ao trabalho no lar, como no enunciado “Já faz seis meses que eu não pago a água, 25 cruzeiros por mês. E por falar na água, o que eu não gosto e tenho pavor é de ir buscar água” (1993 p.12). Neste trecho, podemos ver que na luta diária pela sobrevivência que mostra tanto a precarização do saneamento básico da zona em que a protagonista mora quanto à dificuldade de pagar pela utilização de tal recurso, evidencia-se a sua resistência à condição na qual vive, ou seja, “ter pavor de ir buscar água”. Problema semelhante ocorre em relação ao pagamento da energia: “O Orlando ligou a luz. Agora tenho de pagar 75 cruzeiros por mês, porque ele cobra 25 por bico” (1993, p.21). Neste enunciado, há a submissão ao poder do poder do outro – Orlando, numa relação de obrigação diante de uma dívida assumida pela necessidade que a ela se apresenta. Já, com relação à aquisição de produtos de limpeza e de gêneros alimentícios, naquilo que também abrange a situação de penúria financeira temos: “Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava; cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo” (1993 p.34). Neste enunciado, evidencia-se um conflito entre resistir ao poder instituído de uma família idealizada/pensada e exercer um poder como família vivida.

Mesmo com inúmeras adversidades, vemos nos enunciados do diário a significação e ressignificação das relações de poder resistindo ao aparato institucionalizado da família idealizada/pensada, buscando alternativas de sobrevivência e de existência, como podemos ver abaixo:

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas [as mulheres da favela] tem que mendigar e ainda apanhar.

Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas.

Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis (JESUS, 1993 p.18)

Nesse trecho do diário, confirmam-se as condições nas quais as mulheres da favela vivem, como a situação de agressão, a discussão dentro dos barracões entre as mulheres e seus maridos. Contudo, o enunciado que revela a resistência é da mulher que evita a situação parecida não se casando e não convivendo com um homem. O diário narra a perspectiva de uma mulher que vive na favela, contudo de uma mulher que busca fugir desta situação ouvindo valsas vienenses e denunciando casos de agressão. Os enunciados desta narrativa que relata, em forma de diário, todas estas situações, também coloca em xeque um modelo ineficiente de uma família nos moldes “burgueses”.

Então, o discurso se evidencia como resistência ao discurso vigente da época que implicava necessariamente em toda mulher ter um marido. Com isso novamente existe a retomada da questão da família matrifocal, ou seja, aquela que possui a mulher como figura central na constituição familiar e da afirmação da precariedade dos vínculos afetivos, já que a figura do homem é vista como provisória. Neste sentido, o diário evidencia a resistência de Jesus à família nos moldes burgueses pela situação que vivencia em seu cotidiano. Além de evidenciar a resistência à família nos moldes burgueses, o trecho salienta outros aspectos da resistência como, por exemplo, o movimento de rejeição que Carolina faz ao poder institucionalizado da igreja se afastando de qualquer tipo de atividade promovida pela instituição em questão.

Já, a polícia, no diário de Carolina Maria de Jesus, é retratada como um poder da ordem na favela. Dessa forma, é a essa instituição que tem o exercício do poder autorizado na sociedade, tanto que outros moradores recorrem a ela para resolver

quaisquer conflitos, desde desavenças por roubos de roupas até brigas familiares; também, em ambientes de convivência comum: “Com a intervenção da polícia os briguentos renderam-se. E havia um morto e vários feridos. Não houve prisões. Mas abriram inquérito. Cada um teve que pagar dois mil cruzeiros ao advogado (1993, p.63).

No enunciado destacado, a força do poder da polícia enquanto um poder da ordem social se faz presente – os briguentos renderam-se e cada um teve que pagar dois mil cruzeiros ao advogado. Então, o poder da polícia se efetivou na abertura de inquérito e no pagamento dos envolvidos na briga, pondo em evidência os vários modos do exercício do poder. Dessa maneira, confirma-se nos enunciados uma forte intervenção desse poder institucionalizado na favela, que, por muitas vezes, é acionado, como podemos ver no excerto a seguir:

Em cinco minutos a notícia circulou que eu tinha ido telefonar para a polícia, para impedir a mudança do Anselmo. Eu cheguei antes da Polícia e os favelados assim que me viram perguntaram:

- Cadê a Polícia, Carolina?

Se eu guardasse todo o dinheiro que já gastei telefonando para a Radio Patrulha, eu podia comprar um quilo de carne! (JESUS,1993, p.123)

Assim, o ato de buscar o poder institucionalizado do Estado atua em um movimento de resistência à violência. E mesmo que, por um lado, o discurso produzido pela protagonista se distancie de sua realidade vivida, por outro, interfere constantemente nas relações entre os indivíduos da favela, atuando, muitas vezes, como uma representação do poder instituído pelo Estado, no caso, a polícia. Então, nesta teia de poder há uma apropriação de um poder institucionalizado (vertical) para o exercício de uma poder não institucionalizado, fato este que confirma que o poder é um exercício que não só se dá de cima para baixo, mas em rede, e neste sentido, vai se instituindo uma relação de forças sociais que se constroem e são construídas pelo discurso, evidenciando que a protagonista se constitui, discursivamente, como um aparelho repressor do Estado, a polícia.

Para Foucault, de acordo com as necessidades e com as realidades de cada local, são produzidas novas relações de poder, conforme é explicitado por Roberto Machado (2006):

A mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo -, e se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder. (MACHADO, 2006, p.168)

Tal processo que atinge materialmente a realidade dos indivíduos em sua vida cotidiana apresenta certo grau de eficiência e o poder adquire uma importante dose de autonomia, quase como se fosse independente das relações de forças estabelecidas socialmente pelos discursos. Verificamos tal movimento das relações de poder no seguinte enunciado da obra aqui proposta como objeto de estudo:

Levantei as 7 horas. Alegre e contente. Depois que veio os aborrecimentos. Fui no depósito receber...60 cruzeiros. Passei no Arnaldo. Comprei pão, leite, paguei o que eu devia e reservei dinheiro pra comprar Licor de Cacaú pra Vera Eunice. Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos pra fora. A D. Rosa, assim que viu meu filho José Carlos começou a impricar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau pra espanca-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes eu saio, ela vem ate a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro que ela. (JESUS,1993, p.13).

Aqui vemos um delinear de forças entre diferentes indivíduos da mesma comunidade. Em um primeiro movimento do texto nos é mostrado Carolina como detentora do poder em relação às crianças já que era a mãe, poder este autorizado pela lei por ser responsável pelos menores. Dessa forma, o discurso produzido é de uma mulher que tem autorização de exercer o seu poder, já que no âmbito familiar, a família como um dos aparelhos ideológicos do Estado

tem como função regular o comportamento humano, seja esta família nos moldes burgueses ou não. Também, em outros dois momentos, vemos a relação de forças entre D. Rosa, a vizinha, e Carolina, ou seja, quando D. Rosa ameaça o filho de Carolina com um pedaço de madeira e quando a mesma D. Rosa joga fezes nas crianças, filhos de Carolina. A ação de Carolina é a denúncia desta vizinha no relato do diário “Quarto de despejo”.

Assim temos a confirmação da assertiva de Foucault: “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; (...) o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 1993, p. 175).O exercício do poder por meio da escrita aparece em diferentes momentos do diário:

Quando as mulheres feras invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras. Elas diz:

- Que crianças mal iducadas!

Eu digo:

- Os meus filhos estão defendendo-me. Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos.

A Silvia pediu-me para retirar o seu nome do livro. Ela disse:

- Você é mesmo uma vagabunda. Dormia no albergue noturno, O seu fim era acabar na maloca. (...) (JESUS, 1993, p.17)

No trecho em questão, evidenciam-se relações de poder calcadas no domínio da modalidade escrita da língua e da circulação do dizer nos livros que viriam a ser publicados como instrumento de poder. Nos enunciados em que a relação travada entre Carolina e as outras mulheres da favela, especificamente aqui resumidas na figura de Sílvia, mostra que a escrita se dá também como um modo de exercer poder, quando há passagens do texto – enunciados – de denúncias das atitudes dos moradores da favela e a retaliação com relação a essas denúncias.

3 Considerações finais

Com este trabalho, tivemos por objetivo traçar um panorama da construção da mulher negra na obra de Carolina Maria de Jesus, tanto por meio de teorias discursivas pautadas em uma perspectiva foucaultiana quanto pelas teorias do movimento feminista negro. Como ferramentas da construção de tal análise, primeiro buscamos traçar um panorama da vida e obra da autora mostrando um pouco de sua trajetória até se fixar na favela do Canindé, local que foi palco de seus escritos. Em nossa análise refletimos sobre as interdições externas e internas do discurso, fixando-nos principalmente no direito privilegiado daquele que fala e utilizamos o princípio da autoria como interdição interna do texto aqui recortado para análise. Por fim, utilizamos as conceituações de micropoder e de macropoder, quando se pensa nos Aparelhos Ideológicos como a família, a partir da leitura de Michel Foucault no texto de Louis Althusser para uma melhor compreensão do funcionamento do poder na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Em nossas análises, constatamos que o processo de interdição externo do dizer vai se construindo na medida em que a escrita foi sendo deslegitimada por um conjunto de dizeres. Já com relação ao processo de interdição interno, pudemos compreender, por meio dos enunciados produzidos no texto de Carolina Maria de Jesus como um discurso da resistência, ora quando os enunciados recortados evidenciam a apropriação do poder pela escrita ora como pela escrita o poder é tirado, quando há enunciados produzidos fora da ordem de um discurso normativo. Como pudemos ver em vários enunciados, a quebra do uso da norma, estabelece-se a tensão entre uma dupla de resistência: àqueles que não aceitam essa modalidade escrita como relevante para o cânone linguístico e literário e àqueles que não têm domínio da língua desta mesma língua a ela resistindo.

Já, acerca dos macropoderes conseguimos verificar que, por meio de movimentos tecidos na vida cotidiana, *fronts* de resistência vão se construindo. No tocante aos poderes institucionalizados presentes no

livro e analisados nesse trabalho, podemos perceber que a família, enquanto instituição social idealizada pelos moldes burgueses, configura-se, no diário de Carolina de Jesus, como uma forma de resistência ao poder instituído, principalmente pela igreja, tanto que o enunciado evidencia a condição de mãe solteira que não precisa da igreja para o sustento de seus filhos e nem de um marido para tal situação, que, principalmente naquele momento histórico da sociedade brasileira não se constituía um verdadeiro da época.

Sobre o poder institucionalizado da polícia, verificamos enunciados de resistência à violência propalada na favela. Vale ressaltar que, nestes enunciados, muitas vezes, há a “vigilância e a punição” institucionalizada e não institucionalizada. Por fim, no campo do exercício do poder, embora o título do diário sugira apenas uma luta de classes, vemos que no desenrolar do relato há constante relações de forças discursivas. Dito de outro modo, a escrita que resiste ao poder em sua rede e a escrita que resiste enquanto poder, já que no diário, há enunciados que evidenciam como vai sendo tecida esta teia. Neste sentido, abordar as questões para compreender as relações de força do discurso, que têm mecanismos de interdição externo e interno, evidenciam que onde há poder há resistência.

Referências

- BEAUVOIR, S. *O Segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.
- JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*. São Paulo: Ática, 1993.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Berlim: Unrast, 2008.

KINGSTON, Jorge. *A lei do inquilinato: um caso de patologia econômica*. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1835/2699>>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MELO, Pedro da Silva. *Carolina Maria de Jesus e a paixão pela escrita: um estudo sociolinguístico de Quarto de Despejo*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NAIFF, Luciene Alves Miguez. *De mãe pra filha o legado da exclusão social: um estudo das memórias autobiográficas*. Seropédica Rio de Janeiro: UFRRJ, 2014.

ROSSINI, Tayza Cristina Nogueira. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. In: *Trem de Letras – Revista do depto. de Letras da UNIFAL-MG* v. 1, n. 3, 2016.

SILVA, José Carlos Gomes. *História de vida, produção literária e trajetórias urbanas da escritora negra Carolina Maria de Jesus*. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Porto Seguro, Bahia.

ZOLIN, Lucia Osana. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. In: *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105 - 116, jul./dez. 2009.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SANTOS, Ana Laura Perenha; COITO, Roselene de Fátima. QUARTO DE DESPEJO: ONDE HÁ PODER, HÁ RESISTÊNCIA. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. 84, nov. 2020. ISSN 1982-2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/13750>>. doi:<https://doi.org/10.17058/signo.v45i84.13750>.